

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2006
(Do Sr. Rodrigo Maia)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome referentes ao envio de servidores para participação no workshop “Uma Agenda Transformativa para o Século XXI”, a ser realizado na cidade de Livingstone, Zâmbia, no período de 18 a 26 de março de 2006.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Senhor Patrus Ananias, informações acerca do envio de servidores para o **workshop “Uma Agenda Transformativa para o Século XXI”**, segundo publicação no D.O.U. de 17 de março de 2006, especificamente quanto a(o):

- a) formação e trabalhos até aqui desenvolvidos pelos seguintes servidores escalados como representantes do governo brasileiro: Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto e Maria José de Freitas;
- b) ações governamentais do Ministério correlatas aos temas a serem debatidos no Fórum;
- c) emissão de relatório completo acerca da participação e dos trabalhos desenvolvidos por cada um dos servidores supracitados;
- d) expectativa de ganhos do Ministério em termos de eficiência, eficácia e efetividade de seus programas com a participação no workshop, bem como a enumeração dos programas beneficiados;
- e) custo total da missão; e
- f) dotação orçamentária dos programas citados no item “d”.

Justificativa

Estando atento ao enorme incremento das despesas realizadas pelo Poder Executivo, entendemos ser de grande importância a divulgação dos critérios de escolha

para o envio dos servidores ao workshop supracitado, a formação desses servidores e a expectativa de resultados para o ministério.

Creamos ser de extrema importância o intercâmbio com nações amigas, em todos os assuntos que possam servir de ferramenta para o aprimoramento dos serviços prestados pelo Poder Público.

No entanto, para que os gastos realizados com essa representação possam ser compensados com futuras ações benéficas para a sociedade em geral, é mister que esta Casa exerça estreito controle sobre a capacidade dos servidores envolvidos nessa tarefa. Principalmente no que se refere a evitar a prática do chamado “turismo oficial”, em que funcionários com cargos de confianças são “presenteados” com viagens inócuas para os fins a que supostamente se destinam.

Nesses termos, esperamos estar contribuindo para que o Estado brasileiro esteja sempre voltado para ações que tragam verdadeiramente avanços em nossa estrutura administrativa.

Sala das Sessões, de de 2006

**DEPUTADO RODRIGO MAIA
LÍDER DO PFL**